



O IDEAL E O ABISMO: EAD, DEMOCRATIZAÇÃO EDUCACIONAL E AS BARREIRAS ESTRUTURAIS PARA POPULAÇÕES NEGRAS E EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Loide Oliveira Silva | Universidade Federal de Goiás - UFG | loide.oliveira@edu.anapolis.go.gov.br

Rodrigo Gomes | Universidade de Brasília - UNB | rodrigo.gomes@edu.anapolis.go.gov.br

GT 5: Diversidade, equidade e inclusão na EaD

Resumo: É indiscutível a crescente importância das tecnologias digitais voltadas para a educação no cenário atual. Não diferente de outros contextos educacionais, a Educação a Distância (EaD) é uma realidade posta, que requer um olhar atento e crítico. Este resumo propõe uma análise do histórico de desenvolvimento da EaD no Brasil, lançando o olhar sobre estruturas sociais consolidadas em nossa sociedade, tendo em vista refletir como as relações de produção afetam esta modalidade de ensino desde o seu nascedouro. Para uma observação mais clara e completa, provocações sobre o acesso à EaD, são inevitáveis visto que, a vulnerabilização de determinadas populações, a desigualdade racial e o racismo estrutural, persistem e se reproduzem no contexto da educação digital. Enseja-se assim, considerar as possibilidades de criação de ferramentas para letramentos raciais na educação mediada por tecnologias e ainda denunciar os mecanismos de exclusão, gerados pela lógica mercantil, no âmbito do ensino à distância. Propõe-se ainda, elucidar os possíveis caminhos para implementação de uma práxis pedagógica transformadora, que resulte na construção de uma pedagogia antirracista que articula a realidade com uma perspectiva futura que, garanta o direito à educação omnilateral.

Palavras-Chave: Letramento racial digital. Educação a Distância. Desigualdades raciais.

1. Introdução

O presente documento tem como objetivo analisar o nascimento da educação a distância no Brasil frente a uma estrutura social fortemente consolidada, compreendendo que a educação a Distância não é uma novidade no Brasil; os primeiros registros dessa modalidade de ensino remontam ao final do século XIX, entretanto, somente nos anos 1970 este modelo educacional ganhou contornos mais sistemáticos, sendo finalmente consolidada com o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que fez da EaD "modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação" estabelecendo a partir daqui, todos os rigorosos critérios desta modalidade de educação assim como a conhecemos hoje.

Para tanto, adotou-se como percurso metodológico uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica e documental. A análise fundamenta-se nos pressupostos teóricos do Materialismo Histórico-Dialético e da pedagogia crítica, cruzando dados estatísticos institucionais recentes com a literatura sobre relações raciais e tecnologias educacionais.

Criada com o objetivo de democratizar o acesso à educação, esta modalidade de ensino ensinou trazer aos cidadãos de um país de dimensões continentais, oportunidades de superação das desigualdades regionais. A respeito da natureza da então nova ferramenta, Aretio (2017) define educação a distância como um sistema tecnológico de comunicação bidirecional que substitui a interação pessoal na sala de aula, permitindo que estudantes aprendam de forma independente e colaborativa.



Contudo, cabe ressaltar que, desde o início de sua consolidação e formalização como ferramenta educativa, a saber, nos anos 1970, - época marcada pela ditadura militar - A EaD incorpora caráter tecnicista, pois sua maior preocupação neste período, era formar mão de obra de maneira rápida e barata, para suprir um mercado em expansão. Nesse ponto, um olhar para o passado faz-se necessário, objetivando elucidar as origens das desigualdades no acesso à educação no Brasil.

A história do Brasil pós-abolição revela um período marcado pela ausência deliberada de qualquer projeto de inclusão. A Lei Áurea, promulgada em 1888, não foi acompanhada de mecanismos que garantissem às pessoas recém-libertas condições mínimas de cidadania: Sem acesso à terra, à educação, à saúde ou ao lazer, esse contingente foi lançado à margem de uma sociedade que, embora as declarasse juridicamente livres, continuava a operar segundo as mesmas lógicas de exclusão e controle que sustentaram o regime escravocrata. A liberdade formal, portanto, não rompeu com as estruturas materiais da dominação; antes, as reconfigurou sob novas formas.

É precisamente nesse solo histórico que se enraízam as desigualdades que atravessam, ainda hoje, os espaços educacionais — incluindo aqueles mediados por tecnologia. Embora Moore e Kearsley (2007) afirmem que a Educação a Distância (EaD) não se reduz a um mero canal de transmissão de conteúdos, constituindo-se como espaço de interação e construção de conhecimento, a pedagogia crítica de Paulo Freire nos compele a interrogar: quem efetivamente tem acesso à EaD? Quem permanece invisibilizado? De que maneira as determinações de raça e classe social atravessam os ambientes virtuais de aprendizagem? Belloni (2015) e Prinsloo e Slade (2015) oferecem uma resposta contundente a essas questões, ao demonstrarem que a EaD tende a reproduzir e, com frequência, a amplificar desigualdades estruturais quando não há intencionalidade política na sua concepção. Diante disso, torna-se imprescindível examinar os percursos históricos da luta pela inclusão igualitária de pessoas negras nos espaços educacionais, compreendendo que discursos superficiais sobre diversidade e interculturalidade tendem a obscurecer as raízes materiais e históricas da desigualdade. Deste modo, a EaD como campo de ferrenha disputa, onde a tecnologia educacional se materializa — ou não — como ferramenta de inclusão de classes historicamente subalternizadas.

2. Desenvolvimento

A pesquisa do Núcleo de Estudos Raciais do Insper (NERI) em parceria com a Fundação Telefônica Vivo evidencia que o acesso à tecnologia nas escolas brasileiras reproduz desigualdades raciais estruturais, comprometendo as possibilidades de mobilidade social da



população negra: em 2023, estudantes brancos apresentavam acesso a 57% dos recursos tecnológicos disponíveis nas escolas, enquanto estudantes pretos e pardos alcançavam 50% e 49%, respectivamente (FRANÇA et al., 2024). Complementarmente, Quijano (2000), em sua teoria da colonialidade do poder, demonstra que o capitalismo moderno nasceu entrelaçado ao racismo, de modo que a divisão internacional do trabalho não é neutra, ela é historicamente organizada para manter os corpos negros em postos de maior precarização e desvalorização. Nesse contexto, o acesso à educação por parte de populações negras apresenta-se como caminho fundamental para a ascensão nos contextos profissionais e sociais. Contudo, Gomes (2013) aponta que a consolidação legal da EaD no Brasil não foi acompanhada de investimentos suficientes em formação docente ou em infraestrutura, gerando um descompasso entre o marco regulatório e a realidade das práticas — tensão que contrapõe democratização e qualidade, inovação tecnológica e humanização, expansão quantitativa e equidade.

2.1 Quando a educação à distância reproduz o racismo estrutural

O uso de redes sociais como o YouTube tornou-se ferramenta de instituições de ensino, para que estas, mantenham o vínculo com estudantes e até mesmo para a formação de professores por meio do ensino remoto (não presencial). Contudo, as disparidades no acesso e apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação são uma realidade. A este respeito, Barbosa (2019, p. 14-15) destaca que no Brasil, embora tenha ocorrido a expansão do acesso às tecnologias, tal fato não significa que as diferenças sociais relativas à apropriação das mesmas, foram dirimidas e que os benefícios do uso proficiente da internet não são distribuídos igualitariamente entre a população. Ao contrário disso, a população negra brasileira segue figurando em jornadas duplas ou triplas de trabalho, com salários significativamente menores, (IBGE, 2023: negros ganham aproximadamente 56% do que brancos ganham) e ainda sem tempo ou recursos para formação continuada. É exatamente esta precariedade estrutural que impede o acesso à educação digital.

É real a percepção de que populações negras — a exemplo das práticas ocorridas durante o regime escravocrata — seguem sendo privadas de direitos essenciais. No campo da educação mediada por tecnologias não é diferente. Hooks (2013), vai além na leitura desse cenário, ponderando que o acesso ao conhecimento pode abrir possibilidades para o exercício da liberdade, da autonomia e da construção da consciência crítica reflexiva, e este acesso pode culminar na perda do controle por parte das classes dominantes.

Importa destacar que a tecnologia, longe de ser um instrumento de igualdade, tem se revelado antes, um fator amplificador das desigualdades sociais e raciais no Brasil, o que leva



a inferir que a inclusão digital não se limita ao acesso a dispositivos e internet, mas exige uma base educacional sólida, historicamente negada à população negra.

2.2 A luta antirracista na EaD e seus desafios

A trajetória das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) aplicadas à educação no Brasil evidencia um caminho de busca pela democratização das mesmas. Entretanto, para que a cultura digital se consolide, é preciso vencer algumas barreiras estruturais e pedagógicas que persistem, a saber:

Questionar a própria estrutura da EaD: Quem pode estudar? Em que condições? Com que tempo e recursos? A este respeito, Pérez Tapias (2013) ressalta que no diálogo sobre a interculturalidade não devem ser considerados e reconhecidos somente os aspectos das identidades culturais, mas também das desigualdades existentes que precisam ser eliminadas.

Conectar trabalho e classe: A exclusão digital é indissociável da precariedade no trabalho, a respeito deste desafio Warschauer (2006), após dez anos de pesquisa em países como Brasil, Índia, Egito, China e Estados Unidos, conclui que, oferecer computadores e conexão digital não se configuram como ações suficientes para a promoção de inclusão digital, uma vez que o acesso à educação por meio de TICs passa por fatores como classe, raça e território.

Romper com a fragmentação na formação docente: O sucesso das práticas educacionais com a utilização de TICs voltadas para a educação carece que docentes reconstruam suas praxes profissionais. Segundo Feldmann (2009), na contemporaneidade o professor se encontra cada vez mais desafiado no desenvolvimento da prática educativa em virtude da complexidade do mundo atual, seja no campo político, econômico, social ou cultural. Políticas públicas voltadas para a formação do docente são muitas vezes descontinuadas ou fragmentadas por não se comunicarem com o cotidiano da sala de aula. Aqui é importante ressaltar que as TICs não devem ser encaradas como apêndice de velhas formas de "transmissão" de conhecimento, sendo primordial que o educador se forme de maneira a ser o mediador ativo de aprendizagens críticas, compreendendo que todos os dias se manifestam novas formas de ensinar e aprender e, nesse contexto, novos paradigmas necessitam a nova realidade.

3. Considerações finais

A interseção entre tecnologias digitais e desigualdades raciais revela um campo de reflexões inadiáveis e necessárias para a transformação da educação no Brasil.

Para além de diversidade e representatividade, a luta contra o racismo na EaD se dá no mesmo campo que a luta anticapitalista uma vez que, transformações materiais das condições de vida dos sujeitos precisam ser implementadas, reconhecendo que a tecnologia não é neutra; ela carrega as relações de poder da sociedade que a criou.



Referências

- ARETIO, L. G. Educación a distancia y virtual: calidad, disrupción, aplicaciones, convergencia. RIED, 2017.
- BARBOSA, A. Desigualdades digitais na apropriação das TIC no Brasil. In: ALMEIDA, F.; TORREZZAN, G.; LIMA, L.; CATELLI, R. E. (org.). Cultura, educação e tecnologias em debate. Realização PUC-SP; CETIC.br; NIC.br; CGI.br; Serviço Social do Comércio. São Paulo: Sesc São Paulo, 2019. Disponível em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/328/15582121151504695058.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2026.
- BELLONI, M. L. Educação a Distância. 6. ed. Autores Associados, 2015.
- BRASIL. Decreto nº 5.622/2005. Regulamenta a educação a distância. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2005.
- FELDMANN, M. G. Formação de professores e cotidiano escolar. In: FELDMANN, M. G. (org.). Formação de professores e escola na contemporaneidade. São Paulo: Editora Senac, 2009.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 1970.
- GOMES, Luiz Fernando. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), Campinas, v. 18, n. 1, p. 13-22, mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/8GbQ8WCyB5qGM44ZY4MGj4J/>. Acesso em: 15 jun. 2026.
- HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Rendimento de pessoas ocupadas por raça/cor. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/> Acesso em: [15 de junho de 2026].
- FRANÇA, Michael; PORTELLA, Alysson; REBOUÇAS, Gabrielle; BIGLIAZZI, Giovana. Tecnologia e desigualdades raciais no Brasil. São Paulo: Insper – Centro de Gestão e Políticas Públicas / Fundação Telefônica Vivo, 2024. Disponível em: https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/PESQUISA_Tecnologia_Desigualdades_Raciais_no_Brasil_completa_DIGITAL.pdf. Acesso em: 16 jun. 2026.
- MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. Distance Education: A Systems View of Online Learning. 2. ed. Cengage Learning, 2007.
- PÉREZ TAPIAS, J. A. Interculturalidad: desafío para la educación. Editorial Popular, 2013.
- PRINSLOO, P.; SLADE, S. Student Privacy Self-Management: Implications for Learning Analytics. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LEARNING ANALYTICS AND KNOWLEDGE, 5., 2015, Poughkeepsie. Proceedings [...]. New York: ACM, 2015. p. 83-92.
- QUIJANO, A. Coloniality of Power and Geopolitics of Knowledge. Nepantla: Views from South, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.